



COMUNICADO

A UE NÃO CONSEGUIU, UMA VEZ MAIS, ASSUMIR A SUA RESPONSABILIDADE POLÍTICA E HISTÓRICA

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal considera que as conclusões do Eurogrupo, conhecidas ontem, ficam aquém da dimensão do problema que afeta as pessoas e as empresas como consequência direta da pandemia de COVID-19.

Por isso mesmo, a CIP apela ao Governo para tomar medidas concretas e para continuar a exigir um maior envolvimento da União Europeia (UE).

“A União Europeia tem de estar à altura das circunstâncias. Até agora, uma vez mais, não foi capaz de assumir essa responsabilidade política e histórica”, afirma António Saraiva, presidente da CIP.

A CIP regista, no entanto, os avanços positivos que foram alcançados. A própria existência de um acordo, mesmo que ainda fraco, é um facto que deve ser assinalado.

Apesar disso, o Eurogrupo voltou a falhar na aprovação de instrumentos que contribuam decisivamente para ultrapassar os impactos económicos da pandemia de COVID-19.

Além do envolvimento já previsto do Banco Europeu de Investimento e da aprovação de uma medida sobre o custo do desemprego, a decisão mais relevante foi a possibilidade de os países poderem acionar o Mecanismo Europeu de Estabilidade num montante de até 2% do PIB de cada Estado Membro.

Perante todas as análises económicas, que consideram esta como sendo a mais grave crise económica dos últimos 100 anos, e quando estão à vista de todos os brutais efeitos do *lockdown*, não é com um apoio de 2% do PIB que será possível segurar a economia, salvar empregos e preparar o terreno para uma recuperação rápida.

Este primeiro acordo europeu vem, uma vez mais, chamar a atenção para a dramática falta de solidariedade entre os Estados Membros da UE. A imposição de poucos ameaça a vontade da maioria.

Enquanto não existirem instrumentos verdadeiramente europeus, designadamente a mutualização da dívida decorrente das políticas económicas de combate aos efeitos da pandemia, estaremos sempre na eminência de um choque simétrico produzir efeitos assimétricos e, por isso mesmo, desproporcionados.

Como a CIP oportunamente defendeu, são necessárias medidas a nível europeu. É também da máxima importância que Portugal se mobilize para colocar no terreno medidas simples, céleres e suficientemente poderosas que impeçam a destruição de dezenas de milhares de empresas e de centenas de milhares de empregos.



É certamente preferível apoiar o emprego agora do que pagar depois os subsídios de desemprego de milhares de pessoas. As medidas que a CIP apresentou em boa hora devem, por isso, ser aprovadas e concretizadas com carácter de urgência.